

CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO
DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Conhecimentos
Didáticos em Educação
Infantil

Consultora:
Carmen Sanches Sampaio

Professores especialistas:
Olivia dos Santos G. Ribeiro
Ana Maria Antunes

Janeiro de 2005

O PAPEL DA DISCIPLINA CONHECIMENTOS DIDÁTICOS EM EDUCAÇÃO INFANTIL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

*O nascimento do pensamento
é igual ao nascimento de uma criança:
tudo começa com um ato de amor.
Uma semente há de ser depositada no ventre vazio.
E a semente do pensamento é o sonho.
Por isso os educadores [e educadoras],
antes de serem especialistas em ferramentas do saber,
deviam ser especialistas em amor: intérpretes de sonhos.*
Rubem Alves¹

Nesse momento, em que repensamos a educação do nosso Estado e a formação de formadores em educação é que estamos aqui dispostas a refletir sobre o papel desta disciplina no Curso de Formação de Professores em nível médio de modo a subsidiar a construção de uma proposta pedagógica comprometida com a garantia dos direitos das crianças de 0 a 6 anos. Isso de acordo com o já experienciado por nós e, por você, caro professor, Sabemos dos muitos avanços já obtidos neste campo de atuação, mas ainda encontramos alguns questionamentos e afirmações como:

- *É muito fácil ser professora de Educação Infantil. É só “tomar conta”... ou,*
- *Não tem nem prova e nem cadernos para corrigir...” e, mais ainda aquela máxima,*
- *Ah, é só brincar e comer merenda ...*

Muitos de nossos alunos trazem consigo o desejo de “*abrir uma escolinha*” e acham que gostar e “*ter jeitinho com crianças*” já são suficientes.

Diante deste cenário apresentado, cabe-nos questionar:

- Que contribuições nós podemos promover para que os nossos alunos se tornem capazes de realizar um atendimento pedagógico de qualidade às crianças de 0 a 6 anos?
- Como pensar um curso de formação inicial de professores de creches e pré-escolas, na perspectiva de uma educação infantil que compreenda a criança como sujeito de direitos?

¹ ALVES, Rubem. *A alegria de ensinar*. Campinas: Papirus, p.93, 2000.

É incontestável que, na última década do século XX, a sociedade brasileira avançou no que diz respeito a assegurar, pelo menos no papel, os direitos da criança. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e de leis – *Estatuto da Criança e do Adolescente/1990*; *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996*; *Subsídios para o credenciamento e funcionamento das instituições de Educação Infantil/MEC/1998*; *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/1998* - passou-se, pela primeira vez em nossa história, a ter assegurados os direitos para a infância, na letra da lei e no espírito da mesma.

A atual LDB/96, afirma a educação para as crianças com menos de 6 anos como a primeira etapa da educação básica.

Sabemos que a trajetória da educação infantil para esta faixa etária assumiu e ainda assume, hoje, diferentes funções. Dessa maneira, encontramos creches e pré-escolas, nas ações desenvolvidas cotidianamente, com função predominantemente assistencialista ou com caráter compensatório e de preparação para a alfabetização.

Mas, as formas de compreender as crianças vêm, aos poucos, se alterando. Uma nova concepção de criança como capaz de estabelecer múltiplas relações, cidadã de direitos, um ser sócio-histórico e produtor de cultura emerge e tem, a cada dia, se tornado mais forte. Esse modo de compreender os *cidadãos de pouca idade* – crianças de 0 a 6 anos – contribuiu, também, para que fosse definida uma nova função para a prática pedagógica realizada com as crianças, baseada na indissociabilidade entre os aspectos *educar e cuidar*. Tal postura, procura levar em conta as necessidades determinadas pela especificidade da faixa etária, superando a visão do ponto de vista do adulto no qual a criança é concebida apenas como um “vir-a-ser” e, portanto, alguém que necessita ser “preparada para”.

Torna-se cada vez mais urgente pensarmos em uma escola de Educação Infantil – creche e/ou pré-escola – na perspectiva da integração de cuidados e educação e, sobretudo, investirmos na continuidade com as primeiras séries do Ensino Fundamental.

A Educação Infantil é assim um novo nível de ensino reconhecido como ampliação de oportunidade e experiências, onde os procedimentos não seriam mera preparação para o primeiro segmento do Ensino Fundamental. Portanto, os professores da Educação Infantil devem oferecer a todas as crianças iguais oportunidades, como resposta a um compromisso social democrático, tendo em vista o respeito que ela merece na qualidade de indivíduo cidadão.

Uma Educação Infantil de qualidade para uma escola infantil do presente e do futuro deve não esquecer a formação do corpo docente, ponto-chave da qualidade. Investir na formação inicial de professores para que possam atender às necessidades educativas das crianças de 0 a 6 anos é o desafio atual. Professores comprometidos com uma prática pedagógica que não utilize as diferenças – de gênero, de faixa etária, étnicas, culturais, religiosas, de aprendizagem etc – para discriminar, selecionar e excluir. Compreender as crianças com suas características próprias, diferentes entre si, sem tratá-las como adulto ou considerá-las sem capacidade cognitiva, criativa ou investigativa. Uma escola de Educação Infantil que assegure as conquistas já alcançadas no papel, mas que, na prática ainda não se concretizaram amplamente.

Ressaltamos a importância dessa disciplina no Curso Normal, onde proporcionamos aos nossos alunos uma proposta educacional coerente. Como nos fala Regina Leite Garcia (1997), é nas primeiras idades que se instala a relação da criança com o conhecimento – é neste momento que a ação pedagógica competente provoca a *paixão de conhecer o mundo*, e que começa a ser construída a cidadania consciente e comprometida ou a subalternidade consentida.

Caro colega, devemos fazer um movimento que possibilite a nossos alunos a aventura de ousar, descobrir e construir a autonomia do seu trabalho, num processo coletivo de apropriação de conhecimentos. Para nós é fundamental estabelecer e garantir formas de participação efetiva de todos nas atividades propostas e, sobretudo, formar um profissional que considere que a prática docente precisa ser objeto de reflexão permanente, tendo como um dos principais desafios compreender o outro (alunos, demais professores, direção, comunidade etc.) bem como o sistema onde se insere seu trabalho.

OS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS

Ao longo da história da educação, muitas formas de organização do espaço educativo para as crianças foram pensadas e colocadas em prática, cada qual visando uma época, um contexto histórico, político, social, cultural e, sobretudo, uma determinada concepção de infância. Portanto, conhecer o desenvolvimento humano, articulando-o ao aprendizado, faz-se necessário à elaboração de uma proposta pedagógica nesta disciplina, de forma a contribuir para construção do conhecimento dos nossos alunos sobre as crianças, sobre o mundo que as cerca e sobre as relações que se estabelecem entre elas como sujeitos em interação e interlocução com esse mundo.

Partindo deste pressuposto, sugerimos alguns grandes temas que poderão, minimamente, dar conta da formação docente e do atendimento com qualidade em Educação Infantil, sendo aplicáveis nas 3ª e 4ª séries deste Curso. Para tal, propomos que na 3ª série possam ser trabalhadas as temáticas que abordam *Currículo e Desenvolvimento Infantil*, e na 4ª série *O Processo de Avaliação e o Ambiente Alfabetizador*, tais como:

“Uma Grande Escola para Pequenos Alunos” - Política Nacional de Educação Infantil

O currículo da Educação Infantil deve levar em conta, na sua concepção e administração, o desenvolvimento da criança, a diversidade social e cultural das populações infantis e os conhecimentos que se pretende universalizar.

Caro professor, dentro deste tema, podemos trabalhar conteúdos que se referem a instituições de educação infantil propondo visitas a algumas do gênero nas quais poderia se articular a teoria trabalhada, em sala de aula, à prática desenvolvida com as crianças nos diferentes espaços visitados.

Não podemos nos esquecer do ordenamento legal, pois é importante conhecer e discutir as novas leis e diretrizes para a Educação Infantil. A Constituição Federal insere as crianças no mundo do *direito*, mais especificamente no mundo dos direitos humanos, reconhecendo-as como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, não as considerando adultos e garantindo-lhes os seus direitos, assegurados em lei especial. Esta lei contribuiu com a construção de uma nova forma de olhar e, portanto, compreender a criança – a concepção de criança como cidadã. Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/1990, ela é considerada um sujeito de direitos: direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer e direito de sonhar e de opinar.

A Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, por meio da Coordenação Geral de Educação Infantil, elaborou, no ano de 2003, em parceria com o Comitê Nacional de Educação Infantil, um documento preliminar de Política Nacional de Educação Infantil, contendo diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a área. Este documento está sendo discutido com as secretarias municipais de educação através de seminários regionais. Um dos objetivos destes eventos, segundo o referido documento, é propiciar o cumprimento do preceito constitucional da descentralização administrativa, bem como a participação dos diversos atores da sociedade envolvidos com a educação infantil na formulação de políticas públicas voltadas para as crianças de 0 a 6 anos.

É de fundamental importância que seja discutido com os alunos e alunas, futuros professores de creches e pré-escolas, a formulação e implementação de tais políticas. Em nosso país apenas 25,2% do total de crianças com idade entre 0 e 6 anos freqüentam uma instituição pública de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental. Quando considerada a população de 4 a 6 anos, a taxa de freqüência à instituição pública é de 48,5%; e, quanto à população de 0 a 3 anos, esse percentual é de apenas 6,1% (dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) do IBGE/2002). Estes dados precisam fazer parte das reflexões realizadas em um curso de formação de professores, aliados à:

História da infância brasileira e história e política da Educação Infantil no Brasil.

Qual a origem da creche e pré-escola?

Qual o papel desse segmento de ensino?

Sugestões de Leitura

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri & KRAMER, Sonia. *Infância, Educação e Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez, 2003.

Brasília: UNESCO. *Fontes para a Educação Infantil*. São Paulo: Cortez. Fundação Orsa, 2003.

FILHO, Aristeo Leite. Proposições para uma educação infantil cidadã. In: GARCIA, Regina Leite & LEITE, Aristeo F. (orgs). *Em defesa da educação Infantil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREIRE, Madalena. *A paixão de conhecer o mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORAZZA, Sandra. *História da Infância sem fim*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2000.

MEC. *Política Nacional de educação Infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à Educação*. Brasília: mimeo; documento preliminar, 2003.

GARCIA, Regina Leite (org). *Revisitando a pré-escola*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

KRAMER, Sônia (coord.) *Com a pré-escola nas mãos – uma alternativa curricular para a educação infantil*. São Paulo: Ática, 1993.

PÁTIO – Educação Infantil. Ano I, nº 1. *Por que educar significa cuidar?* Porto Alegre: Artmed. Abril/Julho 2003.

“Ajude-me a Crescer; mas Deixe-me Ser Eu Mesmo”.

Desenvolvimento e Aprendizado das Crianças

Ainda faz parte do cotidiano das escolas de Educação Infantil a concepção de que a pré-escola se responsabiliza pelo desenvolvimento das crianças e, que, à escola cabe a aprendizagem. Uma concepção teórica superada, mas ainda presente nas práticas pedagógicas que envolvem crianças, principalmente, de 0 a 3 anos. Sabemos que a criança, desde que nasce, desenvolve-se e aprende em situações de interação e interlocução com outros sujeitos – pai, mãe, irmãos etc –. Refletir, discutir e estudar a relação entre desenvolvimento e aprendizado é pensar sobre o desenvolvimento humano, sobre os diferentes modos de aprender revelados pelas crianças e sobre o papel da intervenção pedagógica nesse processo. É pensar sobre a relação *pensamento e linguagem*: relação entre os processos vivenciados pelas crianças quando estão aprendendo a falar e a formação de conceitos.

Os estudos e discussões realizados na disciplina *Psicologia da Educação* possibilitarão aos alunos articular, nesta disciplina, diferentes autores e perspectivas teóricas – Jean Piaget, Vygotsky, Henry Wallon, por exemplo – e as conseqüências para a prática cotidiana realizada nas creches e pré-escolas. Algumas questões podem nortear este trabalho:

O que esses autores defendem?

Os processos de desenvolvimento da criança independem do aprendizado?

Aprendizado e desenvolvimento caminham juntos, coincidindo em todos os pontos?

Aprendizado e desenvolvimento não coincidem? Ou a aprendizagem possibilita o desenvolvimento e o desenvolvimento possibilita a aprendizagem?

O que nos leva a afirmar que a criança se desenvolve aprendendo e aprende se desenvolvendo?

Estas são questões que precisam estar presentes em um Curso de Formação de Professores para atuar com crianças de 0 a 6 anos. Vygotsky nos diz que aquilo que uma criança realiza com ajuda hoje, ela poderá realizar sozinha amanhã. Esse conceito conhecido como *Zona de Desenvolvimento Proximal* nos instiga a pensar no papel do outro – crianças e professora – para o processo ensino/aprendizagem, pois a intervenção de outras pessoas é fundamental para a promoção do desenvolvimento, construção e ampliação de conhecimentos. Leva-nos a refletir, também, sobre a necessidade de uma prática pedagógica onde o diálogo e o trabalho coletivo sejam eixos da ação realizada.

Sugestões de Leitura

CADERNOS CEDES, nº 35. *Implicações do Modelo Histórico-Cultural*. Campinas: CEDES, 2ª ed., 2000.

CRUZ, Maria Nazaré da & SMOLKA, Ana Luíza B. Gestos, palavras, objetos: uma análise de possíveis configurações na dinâmica interativa. In: OLIVEIRA, Zilma de M.R. (org) *A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a educação infantil*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

HENRIQUES, Eda Maria. O debate Piaget/Vygotsky: uma contribuição para a questão do conhecimento na pré-escola. In: GARCIA, Regina L. (org). *Revisitando a Pré-escola*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

OLIVEIRA, Marta Kohl. *Vygotsky – Aprendizagem e desenvolvimento – um processo sócio-histórico*. 2ª ed. São Paulo: Scipione, 1995.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Brincadeira é Coisa Séria

O brincar é a essência da infância. Brincar não constitui perda de tempo. O brincar possibilita o desenvolvimento e o aprendizado infantil, já que a criança se envolve afetivamente, convive socialmente e opera mentalmente. Tudo isso de uma maneira envolvente, em que despende energia, imagina, constrói normas e cria alternativas para resolver os imprevistos e desafios que surgem no ato de brincar.

Um dos princípios defendidos no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) é o *direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil*. Mas, para muitos professores, a brincadeira ainda ocupa um lugar marginal no dia-a-dia da sala de aula ou é utilizada estritamente com finalidade “educativa”, visando trabalhar determinados “conteúdos pedagógicos”.

Na discussão que realiza sobre a importância do brincar, Sandra Baron (2002) nos fala que nesta atividade, o sujeito ensaia, treina, aprende, se distrai, sim; mas se constrói: afirma, assimila, reorganiza, descobre e inventa suas formas de enfrentar os enigmas, os desafios, as oportunidades e as imposições que a vida lhe apresenta. Além do mais, este é um acontecimento que se dá, necessariamente, na presença de um outro e a importância desta presença – física ou internalizada – é um aspecto fundamental a ser considerado.

Pensamos que alguns questionamentos podem contribuir para a discussão desse eixo temático:

Qual o papel do lúdico da vida das crianças de 0 a 6 anos?

Que tipos de brinquedos oferecer às crianças no espaço das creches e pré-escolas?

Que critérios utilizar nessa escolha?

O que fazer quando meninas preferem carrinhos e os meninos bonecas?

Como integrar o brincar a um projeto educativo compreendendo que a brincadeira é de fundamental importância para o processo de aprendizagem vivenciado pelas crianças?

Sugestões de Leitura

Brasil. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. 3v. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BARON, Sandra C. Brincar: espaço de potência entre o viver, o dizer e o aprender. In: GARCIA, Regina L. (org) *Crianças essas conhecidas tão desconhecidas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FORTUNA, Tânia Ramos. O Brincar na Educação Infantil. In: *Pátio Educação Infantil*. Ano I. nº 3. Porto Alegre: Artmed. Dezembro 2003/Março 2004.

FRIEDMAN, Adriana. O papel do brincar na cultura contemporânea. In: *Pátio Educação Infantil*. Ano I. nº 3. Porto Alegre: Artmed. Dezembro 2003/Março 2004.

MOYLES, J.R. *Só brincar? O papel do brincar na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

WINNICOTT, D.W. *O Brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Jogando e Aprendendo

Os jogos de faz-de-conta, de construção, de roda, de regras, de palavras etc – são de importância indiscutível para o processo de construção de conhecimentos e a formação de conceitos. No espaço do jogo, a criança representa aspectos da realidade, recolocando em cena aspectos da vida cotidiana, recriando aqueles que não a satisfazem, realizando sua imaginação e seus desejos. A criança reelabora e ressignifica vivências brincando e jogando. Nesse sentido, que discussões e experiências podemos vivenciar com os nossos alunos de modo que eles possam refletir sobre a importância dos jogos na vida cotidiana das crianças de 0 a 6 anos? É preciso garantir, no curso de formação de professores, espaços nos quais os alunos possam brincar e jogar e, nesse processo, possam rememorar brincadeiras e jogos da infância ampliando seus repertórios e, sobretudo, experienciar sentimentos e emoções que o jogo proporciona.

Sugestões de Leitura

COELHO, Maria Teresa F. & PEDROSA, Maria Isabel. Faz-de-conta: construção e compartilhamento de significados. In: OLIVEIRA, Zilma de M.R. (org) *A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a educação infantil*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KISHIMOTO, Tizuko M. *O jogo e a educação infantil*. São Paulo: Pioneira, 1994.

MACEDO, Lino de. Faz-de-conta na escola – A importância do brincar. In: *Pátio Educação Infantil*. Ano I.

nº 3. Porto Alegre: Artmed. Dezembro2003/Março 2004.

_____. & PETTY, A. L.S.& PASSOS, N.S. *Aprender com jogos e situações-problema*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MACHADO, Maria Marcondes. *O brinquedo-sucata e a criança – importância do brincar – atividades e materiais*. São Paulo: Loyola, 1994.

Avaliação na Educação Infantil

Avaliar na Educação Infantil: *Para quê? Por quê? Como? Quando?* são questões presentes no cotidiano de Escolas de Educação Infantil e que precisam fazer parte das discussões realizadas com os nossos alunos. Avaliar não apenas para observar se os resultados esperados foram ou não atingidos. Ouvir a criança, acompanhar o desenvolvimento do seu trabalho, identificar suas formas de pensar e de expressar suas idéias ou como ela elabora conclusões a partir das experiências proporcionadas pelas atividades, brincadeiras, jogos e materiais utilizados. Avaliar para tentar compreender os caminhos percorridos pela criança em seus processos de aprender. Neste procedimento, o professor também estará avaliando permanentemente o seu trabalho, a partir do momento em que reflete sobre o que planejou, o que conseguiu aplicar e o que a criança conseguiu desenvolver. É possível partir da *performance* das crianças em todas as atividades da Educação Infantil, pensá-la no contexto das atividades foram planejadas e desenvolvidas, e reformular, ampliar ou modificar o que for necessário para que os objetivos de aprendizagem possam ser alcançados de forma plena, por todos os alunos. Assim, avaliar é poder detectar *O que a criança já sabe? O que ainda não sabe? Quais os conhecimentos se encontram em desenvolvimento e precisam ser aprofundados? O que fazer para ampliar os conhecimentos demonstrados pelas crianças?*

Como chama nossa atenção Maria Teresa Esteban (1997), deslocando nossa ação pedagógica de uma concepção classificatória de avaliação, o que a criança já sabe ou não sabe deve ser valorizado enquanto uma constatação significativa do ponto alcançado em seu processo. Porém, a ênfase deve ser dada ao que ela *ainda não sabe*, pois nisto se anunciam os espaços potenciais de aprendizagem e desenvolvimento, definindo as prioridades da intervenção pedagógica.

Sugerimos que se discuta, através desse eixo temático:

Concepções de avaliação – classificatória e como prática de investigação - e as conseqüências para o sucesso ou fracasso das crianças na escola;

As concepções de conhecimento, ensino e aprendizagem e os instrumentos de avaliação – quais utilizar?

Nossos alunos precisam compreender, durante o seu curso de formação, que a avaliação não deve focalizar exclusivamente a criança, ela pode e deve indagar todo o processo de ensino e aprendizagem. Logo, todos os sujeitos que participam da relação pedagógica fazem parte do processo avaliativo.

Sugestões de Leitura

ESTEBAN, Maria Teresa. *O que sabe quem erra? Reflexões sobre a avaliação e fracasso escolar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Jogos de encaixe: educar ou formatar desde a pré-escola? In: GARCIA, Regina L. (org) *Revisitando a Pré-escola*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Brasil. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. 3v. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MACHADO, Maria Lucia de A. (org). *Encontros e desencontros na Educação Infantil*. São Paulo: Cortez, 2002.

Educação Infantil e o Processo de Alfabetização

Quando se fala em Educação Infantil, o discurso do senso comum considera que sua função é formar hábitos, atitudes e desenvolver as habilidades essenciais para o aprendizado da leitura e da escrita. Atualmente, essa concepção de Educação Infantil, como já enfatizamos em outros momentos deste texto, não é mais defensável. Há algum tempo que os estudos na área da alfabetização nos provocam no sentido de garantirmos, no dia-a-dia das creches e pré-escolas, possibilidades de a criança elaborar e testar hipóteses sobre a linguagem escrita. Não estamos defendendo aqui que elas sejam alfabetizadas na Educação Infantil. Defendemos, sim, que elas possam experienciar situações significativas e interessantes que envolvam o uso da linguagem escrita, mas que esta não seja priorizada enquanto outras são esquecidas ou pouco valorizadas.

Os futuros professores devem compreender que é importante oferecer às crianças, desde a creche, oportunidades para utilizar diferentes linguagens – oral, plástica, musical, corporal, televisiva, escrita, gráfica, informática etc. – para dizer o que pensam, para compreender o dito por outros, para expressar sentimentos e emoções, para se constituir como sujeitos históricos e sociais que são.

Ao discutirmos o trabalho com a linguagem escrita é necessário não esquecer que a linguagem matemática está presente em diversas ações do cotidiano da criança. Desde muito cedo as crianças experimentam diversas situações envolvendo números, relações entre quantidades, noções sobre espaço e tempo. Quem ainda não presenciou as crianças enfileirando e contando seus carrinhos ou contando e arrumando as roupas ou acessórios de sua boneca, ou mostrando com os dedos a idade, por exemplo?

Fazer matemática é expor idéias próprias, escutar as dos outros, formular e comunicar procedimentos de resolução de problemas, confrontar, argumentar e procurar validar seu ponto de vista, antecipar resultados de experiências não realizadas, aceitar erros, buscar dados que faltam para resolver problemas, entre outras coisas (RCNEI, 1998, v.3, p.207).

Logo, o professor de Educação Infantil deve tirar proveito das mais diversas oportunidades – rotina, calendário, conversas informais, jogos e brincadeiras – que possam contribuir para o desenvolvimento de competências básicas em matemática. Isso não significa dizer que o trabalho em matemática deva ser esporádico, ou casual. Ao contrário, o professor deve planejar ações intencionais para este fim, além de ser capaz de reconhecer as diferentes formas do fazer matemático trazidas pelas crianças, refletindo de forma coletiva sobre estes saberes e conduzindo-as a novas construções, mais próximas do saber formal.

Os alunos, futuros professores, em seu curso de formação inicial precisam ter acesso a esses conhecimentos e possibilidades de trabalho com a matemática na Educação Infantil, pois a creche e a pré-escola são espaços privilegiados para que o uso da competência lógico-matemática possa ser estimulado, criando relações entre objetos e discussão de situações da vivência das próprias crianças. É assim que nascem as primeiras necessidades de solucionar problemas, e estas devem ser mediadas por reflexões e, em especial, pela comunicação oral.

Como não poderia deixar de ser, sugerimos que haja uma interface com os conhecimentos e conceitos propostos para serem discutidos e estudados nas disciplinas *Conhecimentos Didáticos Pedagógicos em Ensino Fundamental e Abordagens Psico Sociolingüísticas do Processo de Alfabetização*. Alguns temas comuns, com certeza, contribuem para o aprofundamento de reflexões imprescindíveis também nesta disciplina, tais como:

Concepções de alfabetização, linguagem, leitura e escrita;

Ambiente alfabetizador na Educação Infantil;

Psicogênese da língua escrita: possibilidades e limites;

O papel da literatura na formação de leitores e escritores desde a Educação Infantil.

A criança e a matemática: brincadeiras e jogos de construção e regras, contagem oral, notação e escrita numérica, introdução às noções de medida de comprimento, peso, volume e tempo etc.

Sugestões de Leitura

Brasil. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil (RCNEI)*. 3v. Brasília: MEC/SEF, 1998.

OLIVEIRA, Z. M. (org). *Educação Infantil: muitos olhares*. São Paulo: Cortez, 1994.

FERREIRO, Emília. *Reflexões sobre a alfabetização*. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

GARCIA, Regina L. (org) *Múltiplas linguagens na escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KAMII, Constance. *A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos*. 8ª ed. Campinas. Papirus, 1988.

MORAIS, Jacqueline de F. dos S. Histórias e narrativas na educação infantil. In: GARCIA, Regina L. (org) *Crianças essas conhecidas tão desconhecidas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PEREZ, Carmen Vidal Lucia. Com varinha de condão.... Um processo de aprendizagem da leitura e da escrita. In: GARCIA, Regina L. (org) *Revisitando a Pré-escola*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____ & SAMPAIO, Carmen Sanches. A pré-escola em Angra dos Reis: tecendo um projeto de Educação Infantil. In: GARCIA, Regina L. (org). *A formação da professora alfabetizadora; reflexões sobre a prática*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SAMPAIO, Carmen Sanches. Alfabetização na Pré-escola. In: GARCIA, Regina L. (org) *Revisitando a Pré-escola*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SMOLKA, Ana L. B. *A criança na fase inicial da escrita – alfabetização como processo discursivo*. Campinas: Cortez, 1998.

SMOLE, Kátia Stocco, DINIZ, Maria Ignez, CANDIDO, Patrícia. *Brincadeiras infantis nas anulas de matemática*. Coleção Matemática de 0 a 6 anos. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SMOLE, Kátia Stocco, DINIZ, Maria Ignez, CANDIDO, Patrícia. *Resolução de problemas*. Coleção Matemática de 0 a 6 anos. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

OBJETIVOS A ALCANÇAR

As competências e conhecimentos dos professores são determinantes no processo de formação pessoal e social da criança. Para tal, temos a expectativa de que no transcorrer desta proposta de curso, nossos alunos sejam capazes de:

- Perceber e analisar as concepções de infância considerando seu caráter histórico, social e cultural, dando destaque às questões que são postas hoje.
- Compreender as políticas contemporâneas de atendimento à infância, suas concepções, características, objetivos e suas implicações nas atividades e formas de atendimento pedagógico à criança.
- Fazer uma análise crítica das principais teorias e tendências pedagógicas que têm influenciado a prática da educação de crianças de 0 a 6 anos no contexto brasileiro.
- Refletir e discutir sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizado infantil e as conseqüências para a prática pedagógica realizada com as crianças no cotidiano das creches e pré-escolas.
- Compreender a brincadeira como forma privilegiada de aprendizado e desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos.
- Compreender que o trabalho com diferentes linguagens – gráfica, gestual, plástica, musical, corporal, escrita, televisiva, informática etc. - no dia-a-dia das escolas de Educação Infantil é imprescindível para que as crianças possam ampliar suas possibilidades de criar, dizer, construir conhecimentos, compreender os outros e interferir no mundo no qual vivem.
- Articular a teoria, discutida durante a disciplina, com a prática observada, durante o curso, nas idas a diferentes escolas e espaços educativos de Educação Infantil.

ABORDAGENS E INTERFACES POSSÍVEIS

Partindo do princípio de que o conhecimento é oriundo de um processo permanente, múltiplo, multidimensional e transversal, e influenciado por uma rede complexa de crenças, valores e práticas, entendemos o fazer cotidiano como um processo privilegiado de produção do saber. Na sala de aula coexistem e interagem diferentes modos de aprender, construir conhecimentos e compreender o mundo.

Caro colega, não podemos caminhar isoladamente no *Conhecimento Didático Pedagógico em Educação Infantil*. Logo, é necessária uma articulação com outras disciplinas do Curso Normal, conforme explicitado durante este texto. Precisamos estar bem afinadas, principalmente, com a disciplina – *Práticas Pedagógicas e Iniciação à Pesquisa* – eixo do curso de Formação de Professores - orientando e instigando nossos alunos ao exercício desafiador da articulação entre a prática e a teoria, para que eles possam ir ampliando suas possibilidades de construir, quando professores, uma ação educativa dialógica, solidária e que garanta os direitos infantis.

O que sabemos hoje sobre infância, desenvolvimento e aprendizado infantil nos desautoriza a aceitar a idéia de que nesse nível de ensino apenas se brinca, aguardando o instante do aprender. Os nossos alunos têm o direito de ter acesso, em sua formação inicial, às teorias e pesquisas produzidas nesta área do conhecimento. A Educação Infantil pode e deve ser um espaço privilegiado de aprendizagens para as crianças e para os adultos que com ela interagem.

Gostaríamos de salientar que não é nossa intenção esgotar todas as questões, mas pensar a formação do professor em Educação Infantil em consonância com a construção de uma sociedade menos excludente, mais humana e solidária.